

*Júlia Lopes de Almeida (1862-1934): uma mulher fora de seu tempo?*¹

Magali Gouveia Engel²
Universidad del Estado de Rio de Janeiro (UERJ)

Resumo: Este artigo tem como objetivo central refletir sobre os possíveis significados da presença feminina na rede de sociabilidades que caracterizou o cenário literário e político da capital republicana entre fins do século XIX e inícios do XX. Através do exemplo da escritora Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), que teve grande destaque no campo intelectual brasileiro da época, procuro problematizar os enfoques que definem certas trajetórias femininas como fora de seu tempo por representarem rupturas com os padrões predominantes de comportamento. Neste sentido, procuro demonstrar que muitas escritoras tiveram papel fundamental nas lutas políticas pela abolição da escravidão e pelo fim do regime monárquico e, embora minoritárias, conquistaram espaço e respeito no meio intelectual eminentemente masculino. Como fontes básicas utilizo os registros de críticos literários e de literatos sobre a obra de Júlia Lopes de Almeida, bem como os escritos da autora.

Palavras-chave: mulheres; escritoras; literatura; política; campo intelectual; Júlia Lopes de Almeida.

Resumen: Este artículo tiene por objetivo central reflexionar sobre los posibles significados de la presencia femenina en la red de sociabilidades que caracterizó el escenario literario y político de la capital republicana del siglo XIX e inicios del XX. A través del ejemplo de la escritora Julia Lopes de Almeida (1862-1934), que se destacó en el campo intelectual brasileiro de la época, se problematizan los enfoques que definen ciertas trayectorias femeninas como fuera de su tiempo por representar rupturas como los patrones predominantes de comportamiento. En este sentido, se trata de

demostrar que muchas escritoras tuvieron un papel fundamental en las luchas políticas por la abolición de la esclavitud y por el fin del régimen monárquico, y así conquistaron espacio y respeto en el medio intelectual eminentemente masculino. Como fuentes básicas se usan los registros de críticos literarios y de literatos sobre la obra de Julia Lopes de Almeida, así como los escritos mismos de la autora.

Palabras clave: mujeres, escritoras, literatura, política, campo intelectual, Julia Lopes de Almeida.

Abstract: This article's main objective is to reflect about the possible meanings of the presence of women in the social networks characterizing the literary and political milieu in the Republican Brazilian capital during the XIX and the early XXth centuries. Through the example of the writer Julia Lopes de Almeida (1862-1934), who stood out in the Brazilian intellectual field of the time, the text problematizes those approaches which define certain feminine trajectories as incongruous with their time, because they represent a break with predominant behavioral patterns. In this sense, women are shown to have had a fundamental role in political struggles for the abolition of slavery and the end of the monarchical regime and to have conquered a position and respect in the eminently masculine intellectual milieu. As basic sources, documents by literary critics about Julia Lopes de Almeida's works are used, as well the works themselves.

Key words: women writers, literature, politics, intellectual field, Julia Lopes de Almeida.

¹Artículo tipo 2 (de reflexión) según clasificación de Colciencias. Este artículo es resultado del proyecto de investigación «Memória, história e cidade: os intelectuais e o Rio de Janeiro (1870-1930)», desarrollado entre 2005 a 2008 en el marco del CNPq. Co-investigadores: Paulo Vitor Faustino Marinho (PIBIC-CNPq); Juliane Soares de Sousa e Danielle Christinne de Souza Salgueiro (FAPERJ). Recibido el 3 de junio de 2009, aprobado el 21 de septiembre, 2009.

² Professora Adjunta del Departamento de Ciencias Humanas de la Facultad de Formación de Profesores de la Universidad del Estado de Rio de Janeiro (UERJ). Doctora en Historia Social de la Universidad Estadual de Campinas (UNICAMP). Entre sus obras más importantes encontramos: *Os delírios da razão*. RJ: Editora Fiocruz, 2001; *Meretrizes e Doutores*. SP: Brasiliense, 1989; *Sexualidades interdadas: loucura e gênero masculino*. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. RJ, v.15, 2008; *Relações de gêneros, violência e modernidade nas crônicas cariocas*. In: Silva, Gilvan; Nader, Maria; Franco, Sebastião. (orgs.). *História, mulher e poder*. Vitória: EDUFES, 2006; *Psiquiatria e Feminilidade* In: Del Priore, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. SP: Contexto, 1997. Dirección electrónica: magaligengel@gmail.com

Seria possível pensarmos a existência de homens e mulheres fora do seu próprio tempo? É bastante comum dentro e fora dos meios acadêmicos nos depararmos com tal convicção. No que se refere ao campo da história das mulheres e das relações de gênero essa idéia é especialmente recorrente nos enfoques sobre personagens femininas que teriam manifestado concepções e comportamentos completamente incompatíveis com os padrões hegemônicos nas sociedades em que viveram. Como exemplos expressivos da sociedade brasileira das últimas décadas do século XIX e primeiras do XX podemos citar a famosa Chiquinha Gonzaga³ e a própria Júlia Lopes de Almeida, cuja trajetória intelectual será objeto das reflexões aqui desenvolvidas. Como exemplo de abordagens com esta perspectiva pode-se citar a análise desenvolvida por Nadilza Martins de Barros Moreira em sua tese de doutorado *A condição feminina em Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin* (Moreira de Barros, 1998)

Para o grande historiador francês Marc Bloch, fenômenos e personagens históricos jamais poderão ser compreendidos fora do momento em que viveram, lembrando que, conforme um velho provérbio árabe, «Os homens [e as mulheres] parecem-se mais com o seu tempo que com os seus pais» (Bloch, 1997, pág. 36). Ao interpretarmos idéias e experiências de certos atores históricos como avançadas demais para um certo tempo não estaríamos incorrendo numa perspectiva evolucionista? Não estaríamos desconsiderando a pluralidade e conseqüentemente a complexidade da sociedade onde foram geradas? Enfim, não estaríamos supervalorizando a dimensão individual dos sujeitos da história? Neste sentido, cabe lembrar as reflexões desenvolvidas por Eleni Varikas no

sentido de que as pesquisas biográficas no âmbito da história das mulheres podem nos ajudar a resgatar a «multiplicidade das experiências femininas», possibilitando a desconstrução das imagens de mulheres à frente de seu tempo (Varikas, 1986, pág. 13).

E é exatamente dentro desta perspectiva que encaminharei a análise dos possíveis significados da presença feminina no campo literário e artístico da cidade do Rio, entre fins do século XIX e inícios do XX, através do exemplo de Júlia Lopes de Almeida, uma das maiores escritoras brasileiras. Começamos traçando o seu perfil biográfico, a fim de situarmos sua inserção na rede de sociabilidades que envolveram os intelectuais cariocas de ambos os sexos na referida época, Adoto aqui a noção proposta por Ângela Castro Gomes que define o intelectual carioca como aquele/a que constrói na cidade do Rio «sua rede de sociabilidade fundamental» (Gomes de Castro, 1999).

Júlia Valentina da Silveira Lopes de Almeida nasceu em 24 de setembro de 1862, na cidade do Rio. Seus pais, Valentim José da Silveira Lopes e Antônia Adelina do Amaral Pereira eram portugueses e exerciam o magistério em Lisboa. Em meados dos anos 1850 mudaram-se para o Brasil, estabelecendo um pequeno colégio em Macaé (Província do Rio de Janeiro). Pouco tempo depois, em 1860, o casal e os quatro filhos foram para a cidade do Rio, fundando o Colégio de Humanidades, transferindo-o três anos mais tarde para Nova Friburgo. Valentim havia decidido fazer o curso de Medicina na Alemanha, deixando o colégio e as aulas sob a responsabilidade da esposa, formada em piano, canto e composição. Retornando ao Brasil em 1867⁴ exerceu o cargo de médico substituto do Hospital da Beneficência

³ Filha natural de Rosa Maria de Lima, mulher pobre e mestiça, e do militar José Basileu Neves Gonzaga, Francisca Edwiges Neves Gonzaga (1847-1935) foi uma das mais importantes compositoras e regentes brasileiras. Separada de Jacinto Ribeiro do Amaral com quem se casara em 1863, foi expulsa de casa por seu pai, levando o filho João Gualberto e deixando os outros dois filhos, Maria e Hilário. A partir de então começou a dar aulas particulares de piano e acabou integrando-se ao mundo musical da cidade do Rio, onde conheceu Joaquim Antônio da Silva Callado, músico de prestígio, seu amigo e protetor. Tornou-se companheira de João Batista de Carvalho Júnior, com o qual teve a sua quarta filha Alice Maria. A relação, objeto de muitas críticas, não deu certo e Francisca voltou a viver apenas com o filho João Gualberto, passando novamente a freqüentar o ambiente musical da cidade do Rio e atuando intensamente nos movimentos abolicionista e republicano. Chiquinha Gonzaga, como ficou conhecida, alcançou enorme sucesso junto ao público, compondo e regendo operetas e peças do teatro de revista, maxixes, polcas, choros e marchas carnavalescas, conseguindo, como muito poucos artistas de sua época, viver da música. Obteve também reconhecimento e prestígio entre seus pares, conquistando o *status* de maestrina. Em 1899 compôs uma de suas músicas de maior sucesso «Ô abre alas» que até hoje é tocada em ambientes carnavalescos brasileiros. Contando, então 52 anos, envolveu-se com o jovem português de 16 anos, João Batista Fernandes Lage, que será seu companheiro até o final da vida. Foi uma das lideranças na luta pela legalização do direito autoral e uma das fundadoras da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (1917).

⁴ Neste ano, Valentim defendeu a tese *Do Cólera* na Faculdade de Medicina de Salvador, a fim de obter o reconhecimento do seu título de médico no Brasil.

Portuguesa do Rio de Janeiro até 1870, quando a família fixou residência na cidade de Campinas (Província de São Paulo), onde Valentim inaugurou a Casa de Saúde do Senhor Bom Jesus da qual era proprietário. O Dr. Valentim foi sócio fundador da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campinas (1873), membro fundador da Irmandade da Misericórdia de Campinas (1875), mordomo da Santa Casa de Misericórdia (1883-1886) e agraciado pelo Imperador D. Pedro II com o título de Visconde de São Valentim.

A residência da família era freqüentada por jornalistas e músicos, caracterizando-se como um importante espaço de sociabilidade da intelectualidade local. Júlia cresceu, portanto, em um ambiente familiar onde o gosto pela leitura e pela escrita era estimulado. Sua irmã mais velha, Adelaide, compunha poemas que recitava nos saraus promovidos pelos pais, onde as outras irmãs, Maria José tocava piano e Adelaide cantava e declamava.

Na entrevista que concedeu a João do Rio⁵, Júlia narrou o episódio no qual foi surpreendida pela irmã quando se «achava muito entretida na composição de uma história, uma história em verso» (João do, 1994, pág. 28). Envergonhada tentou esconder o papel, mas a irmã conseguiu pegá-lo e foi mostrar ao pai que o leu com atenção, mas nada disse. No dia seguinte encorajou-a a escrever o seu primeiro artigo sobre o espetáculo de Gemma Cuniberti, publicado na *Gazeta de Campinas*, de 7 de dezembro de 1881.

Três anos depois estreava como cronista do jornal *O Paiz*, um dos mais importantes da cidade do Rio e

do Brasil na época. Durante mais de trinta anos fez de sua coluna um espaço de discussão dos mais diversos assuntos, entre os quais se destacaram aqueles relacionados à defesa da mulher. Em 1885 passou a escrever para a revista *A Semana* (RJ), onde conheceu o jovem escritor português Francisco Filinto de Almeida (1857-1945) com quem se casaria dois anos mais tarde (em 28 de novembro de 1887).

Tanto para as escritoras quanto para os escritores era muito difícil «viver da literatura» naquela época.⁶ A imprensa representava, portanto, uma importante alternativa de melhoria da remuneração para homens e mulheres de letras e, por isso, quase todos e todas nela atuavam. As redes de sociabilidade que Júlia Lopes de Almeida teceu desde que ainda residia na cidade de Campinas asseguraram sua inserção no mundo intelectual e artístico de São Paulo e da cidade do Rio, predominante, mas não exclusivamente masculino.⁷ Foi assim que teve uma intensa participação em diversos periódicos⁸ como cronista, articulista e também como autora de romances que eram publicados como folhetins em jornais de grande circulação⁹, onde conviveu com importantes representantes femininas – por exemplo, Emília Moncorvo de Mello (Carmem Dolores, 1852-1910); Cecília Bandeira de Mello Rebelo de Vasconcelos (1870-1948); Francisca Júlia da Silva (1871-1920); Maria Benedicta Câmara Bormann (Délia, 1853-1895) – e masculinos tais como Machado de Assis (1839-1908), Olavo Bilac (1865-1918), Coelho Netto (1864-1934), Humberto de Campos (1886-1934), João Ribeiro (1860-1934), Elysio de Carvalho (1880-1925), José

⁵ Pseudônimo de João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Barreto (1881-1921), um dos mais importantes cronistas da época.

⁶ Um dos maiores naturalistas brasileiros, Aluísio de Azevedo (1857-1913), por exemplo, acabou abandonando a carreira literária em 1895, tornando-se diplomata, por não mais agüentar a precariedade das condições de sobrevivência de um escritor. Vale ressaltar, contudo, que Júlia Lopes de Almeida conseguiria obter ganhos expressivos com a publicação de seus livros.

⁷ Como exemplos de mulheres intelectuais que colaboravam com os periódicos de grande circulação nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo podemos citar, Carmem Dolores, pseudônimo com o qual Emília Moncorvo de Mello (1852-1910), assinava a coluna dominical «A Semana» do jornal *O Paiz*, tendo ainda atuado no *Correio da Manhã*, entre outros. Corina Vivaldi Coaracy (1858-1892) era cronista semanal do importante jornal de José do Patrocínio, *Cidade do Rio*, assinando a coluna «A Esmo». Cecília Bandeira de Mello Rebelo de Vasconcelos (1870 - 1948), filha de Carmem Dolores, escrevia para *O Paiz* e para a revista *Ilustração Brasileira*, entre outros; Francisca Júlia da Silva (1871-1920) para *O Estado de São Paulo* e o *Correio Paulistano* e ainda para a revista *A Semana* de Francisco Filinto de Almeida, marido de Júlia Lopes de Almeida. Maria Benedicta Câmara Bormann (1853-1895), conhecida pelo pseudônimo Délia publicava, entre outros, nos jornais cariocas *Gazeta da Tarde* e *O Paiz*.

⁸ Entre os periódicos ainda não citados dos quais foi colaboradora, destaque-se, por exemplo, *A Bruxa*; *Gazeta de Notícias*; *Ilustração Brasileira*, *Jornal do Commercio*, *O Imparcial*, *O Estado de São Paulo*, a revista *Kosmos* e a *Revista do Brasil*.

⁹ É o caso da maioria de seus romances: *Memórias de Maria* (*Tribuna Liberal* do Rio de Janeiro); *A família Medeiros* (*Gazeta de Notícias*, entre outubro e dezembro de 1891); *A viúva Simões* (*Gazeta de Notícias*, 1895); *A intrusa* (*Jornal do Comércio*, 1905); *Cruel amor* (*Jornal do Comércio*, 1908); *Correio da roça* (*O país* de 7 de setembro de 1909 a 17 de outubro de 1910); *A casa verde* (escrito em parceria com Filinto de Almeida e publicado no *Jornal do Comércio*, de 18 de dezembro de 1898 a 16 de março de 1899, usando pseudônimo comum «Julinto»); *A Silveirinha* (*Jornal do Comércio*, 1913). Era comum entre escritores de ambos os sexos, a publicação de romances como folhetins em jornais antes de sua edição sob a forma de livros.

Martins Fontes (1884-1937); José Veríssimo (1857-1916); Manoel Bomfim (1868-1932) – do campo intelectual e artístico brasileiro.

Certamente as relações estabelecidas com alguns dos nomes mais expressivos do campo intelectual brasileiro de fins do XIX viabilizaram a sua participação nas discussões que antecederam a criação da Academia Brasileira de Letras, em 1897, sob a liderança de Machado de Assis. E também a inclusão de seu nome na lista prévia dos que comporiam a instituição publicada por Lúcio de Mendonça (1854-1909). Contudo, na listagem final Júlia Lopes de Almeida foi substituída por seu marido, o poeta, cronista, jornalista, teatrólogo Filinto de Almeida, sob a alegação «de que na Academia Francesa – modelo da nascente agremiação – não era consentida a entrada de mulheres» (El Far, 2000, pág. 54). Mesmo assim é preciso considerar a relevância da indicação de Júlia Lopes que, ao meu ver, revelava as divergências e as contradições em torno do reconhecimento da capacidade intelectual das mulheres presentes no campo literário da época.¹⁰

A obra da autora foi objeto de avaliações por vários críticos literários bastante conceituados¹¹ – algumas negativas, mas a maioria foram elogiosas, destacando as suas qualidades artísticas. Segundo Lúcia Miguel Pereira, Júlia conseguiu grande êxito junto aos críticos e ao público durante sua longa carreira literária de mais de quarenta anos (Eisenhart, 2006, pág. 47). Como vimos, Júlia Lopes de Almeida figurou, ao lado de Firmino Almeida, entre a «fina flor» da literatura brasileira entrevistada por João do Rio na obra *O momento literário* (1907)¹². Quase

um ano após a morte da escritora, Afonso Celso (1860-1938) publicou o artigo intitulado «Homenagem à Dona Júlia Lopes de Almeida» na Revista da Academia Brasileira de Letras, onde lhe conferiu o título de «Mestra da língua», «pela excelência da sua produção literária» (Celso, abr. 1935, p. 259).

José Veríssimo¹³ que foi um dos mais prestigiados e respeitados críticos literários do seu tempo considerou Júlia Lopes de Almeida «como a principal representante literária dos primeiros anos do século XX» (Vidal Gonçalves, 2004, pág. 30). Segundo o crítico, o romance *A falência* (1901) consagrou a autora «no mesmo patamar de Guy Maupassant, Machado de Assis, Aluísio Azevedo e Coelho Netto» (Eisenhart, 2006, pág. 47).¹⁴ Posição que se revela contraditória ao considerarmos que em seus ensaios sobre a educação nacional Veríssimo teria afirmado a inferioridade da inteligência feminina (Coelho, 2001). Ambigüidade que, no entanto, encontraremos na própria Júlia ao afirmar a superioridade intelectual masculina numa das crônicas do *Livro das Noivas*, publicado em 1896 (Vidal Gonçalves, 2004).¹⁵

A peça de Júlia Lopes de Almeida, *A herança* foi escrita a partir do convite de Artur Azevedo (1855-1908), o mais importante teatrólogo brasileiro daquele momento, para inaugurar o Teatro da Exposição Nacional de 1908. Segundo o autor, trata-se da «mais sincera de todas as peças, novas e velhas, exibidas e ainda por exibir no teatro da Exposição» (Olavo Bilac, citado em Mendonça Toledo, 2003, pág. 293). Apesar de considerar a peça pequena demais para desenvolver os conflitos psicológicos e sociais enfocados, Olavo Bilac afirma ser ela «... uma tragédia que deixa

¹⁰ Neste sentido, cabe lembrar que a possibilidade de conceder às mulheres o direito de voto chegou a ser discutida na Assembléia Constituinte de 1890-1891, obviamente composta exclusivamente por deputados do sexo masculino. E também que, em 1909, Presciliana Duarte de Almeida (1867-1944), prima de Júlia e proprietária da revista feminista *A Mensageira* participou da fundação da Academia Paulista de Letras, ocupando a cadeira n. 8, cuja patrona era a poetisa Bárbara Heliodora, sua trisavô.

¹¹ Entre estes podemos citar: Lúcio de Mendonça, no artigo «As três Júlias» em 1907; Gilberto Amado em seu *A chave de Salomão e outros escritos*, publicado em 1914; Nestor Victor em *A crítica de ontem* (1919); e, Antônio Austregésilo no livro sobre o feminismo no Brasil de 1923. Apesar de ausente de grande parte das histórias da literatura brasileira escritas depois de sua morte, a relevância de sua obra foi reconhecida por alguns autores importantes, como, por exemplo, Lúcia Miguel Pereira (*Prosa e ficção: de 1870 a 1920*, cuja primeira edição é de 1950); Brito Broca (*A vida literária no Brasil*, publicada em 1956); e, Raimundo de Menezes (*Dicionário literário brasileiro*, com primeira edição de 1969).

¹² Em *Psicologia Urbana* (1911), João do Rio faz um elogio ao talento admirável de Júlia Lopes também expresso nas suas conferências.

¹³ Referências à obra de Júlia L. de Almeida podem ser encontradas, por exemplo, em Veríssimo (1910 e 1936).

¹⁴ Guy Maupassant (1850-1893) foi um dos mais importantes representantes do naturalismo francês, privilegiando as situações psicológicas e a crítica social em seus escritos e teve grande influência sobre a obra de Júlia.

¹⁵ A questão das aspirações e experiências intelectuais das mulheres foi objeto das críticas de muitos literatos. Veja-se, neste sentido, por exemplo, a peça teatral *As Doutoradas* (1889), de França Júnior (1838-1890), onde o autor critica o ingresso das mulheres nas escolas superiores que começou a ocorrer no Brasil a partir de 1880. E, também, a de autoria de Coelho Netto, intitulada *A Mulher* (1907).

na alma de quem a ouve a impressão duradoura e forte, que só pode ser provocada pelas obras de grande arte» (Mendonça Toledo, 2003, pág. 293).

As redes de sociabilidade tecidas pela escritora incluíam relações com os editores no Rio, em Lisboa e na cidade do Porto, o que viabilizou a publicação de seus folhetins sob a forma de livros. Vale ressaltar que o mercado editorial da cidade do Rio apresentou uma crescente expansão a partir de meados do século XIX, estimulando o surgimento de editoras e gráficas de pequeno porte. Apesar da abolição da escravidão em 1888 e do advento do regime republicano em 1889 não terem representado a vitória dos projetos políticos que priorizavam a educação da população como base para o progresso e a modernização do país – defendido por muitas vertentes abolicionistas e republicanas derrotadas –, observa-se um incremento da expansão da rede de ensino (público e particular) na capital brasileira que vinha ocorrendo nas últimas décadas do Império, o que determinou uma crescente e gradual queda no percentual de analfabetismo entre seus habitantes.¹⁶

A presença de um público leitor relativamente significativo estimulou o aparecimento e a consolidação das grandes editoras, cuja tendência foi a de monopolizar o mercado editorial absorvendo as pequenas empresas. Uma das mais importantes foi a que pertenceu a Francisco Alves, onde Júlia Lopes de Almeida publicaria a maior parte de sua extensa e variada obra, que incluiu mais de quarenta títulos, entre os quais romances, contos, teatro, jornalismo, crônicas, ensaios, conferências e livros de leitura. Destinados ao público escolar e aos segmentos sociais adultos menos escolarizados, estes últimos objetivavam contribuir para a formação moral e patriótica dos brasileiros. Ocupavam lugar de destaque no mercado editorial da época por representarem grande lucratividade e a maior parte dos escritores e das escritoras produziram pelo menos um título dentro deste gênero.¹⁷

Júlia Lopes de Almeida engajou-se com paixão nas lutas políticas de seu tempo, integrando a famosa geração dos anos 1870 composta por intelectuais obcecados em pensar a realidade e o futuro do Brasil, a partir de referenciais positivistas, cientificistas e realistas, enfim, de «um bando de idéias novas», conforme registrou Sílvio Romero (1851-1914), um dos maiores e mais controvertidos pensadores da época. Assim, a escritora defendeu a abolição da escravidão e a república – alinhando-se com as posições assumidas pelo pai – que entre 1874 e 1878 foi professor de um curso noturno para instruir pobres e escravos em Campinas – e do marido – este último republicano radical.

Muitas outras mulheres intelectuais envolveram-se nestas lutas, entre as quais se destacou a pioneira Maria Firmina dos Reis (1825-1917), autora de *Úrsula* (1859), primeiro romance escrito por uma brasileira do sexo feminino que se tem notícia, onde de forma extremamente original deu voz aos escravos que guardavam a lembrança das raízes e costumes africanos. Em 1887 publicou na *Revista Maranhense* o conto «A escrava» sobre a atuação de uma abolicionista na cidade de São Luís (capital da província do Maranhão) e compôs um Hino da Abolição dos Escravos (Telles, 1997). A jornalista pernambucana colaboradora do periódico *A Família*, Maria Amélia de Queiroz (séc. XIX) fazia conferências defendendo o fim da escravidão em meio à multidão das ruas em várias cidades pernambucanas (Bernardes, 1988).

Abolicionista e republicana, Josefina Álvares de Azevedo (1851 - ?), irmã do poeta Álvares de Azevedo, reivindicava um ano depois da Lei Áurea (13/05/1888) a criação de creches para as filhas das ex-escravas no artigo intitulado «As creches» (*A família*, RJ, 24/05/1890). Preocupação compartilhada pela poetisa Narcisa Amália de Campos (1852-1924) ao afirmar que com o projeto abolicionista vitorioso: «Tiraram as cadeias mas fecharam a escola» (Telles, 1997). A gaúcha Maria Benedicta Câmara Bormann

¹⁶ De acordo com os dados do recenseamento realizado pela *Diretoria Geral de Estatística* em 1906 no ano de 1890 havia cerca de meio milhão de habitantes na capital republicana, dos quais 57,9% dos homens e 43,8% das mulheres foram registrados como alfabetizados, o que representava aproximadamente 270 mil indivíduos capazes de ler e escrever.

¹⁷ Júlia Lopes de Almeida publicou cinco livros de leitura. O primeiro *Contos infantis* escrito em colaboração com sua irmã Adalina Lopes Vieira e publicado pela Companhia Editora de Lisboa em 1886, foi aprovado, em 1891, pela Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária para uso nas escolas primárias. Os demais foram: *Histórias de nossa terra* (1907), *A árvore* (1916), *Era uma vez* (1917) e *Jornadas no meu país* (1920).

(1853-1895), conhecida pelo pseudônimo «Delia», colaboradora de vários jornais cariocas convivendo ao lado de abolicionistas e republicanos famosos – como José do Patrocínio (*Gazeta da Tarde*) e Quintino Bocaiúva (*O Paiz*) – denunciou e criticou a utilização de escravos na Guerra do Paraguai (Telles, 1997).

Este universo intelectual ao qual pertenciam homens e mulheres não era, contudo, homogêneo. Nem todos os abolicionistas eram republicanos, por exemplo. E havia diferentes e às vezes divergentes propostas de extinção da escravidão e de organização política da república. Qual seria o projeto republicano defendido por Júlia Lopes de Almeida? Certamente ela não era favorável às concepções socialistas e anarquistas que circulavam intensamente no campo intelectual e político da época. Na crônica intitulada «Para a morte!», por exemplo, faz severas críticas a Emma Goldman (1869-1940), uma das lideranças femininas anarquistas mais importantes de sua época, acusada, segundo Júlia, de «instigar a morte de Mac Kinley».¹⁸

A intenção de Emma, de bem fazer às classes oprimidas e de só abater os grandes para mais livremente fazer circular os pequenos; a sua fé divina em um futuro de pacificação e de harmonia, em que a fraternidade dos homens não seja uma palavra vã, toda a generosidade do sonho em que ela afoga a sua alma de alucinada, não lograram, ai de mim! convencer-me de que há desculpa para uma mulher que só por via do mal procure fazer o bem. (Almeida Lopes de, 1906, pág. 18)

Embora admitisse a justiça das causas libertadoras anarquistas, a literata brasileira condenava veementemente seus métodos «fanáticos», provocando destruição, semeando um «dilúvio de sangue» e a «devastação das cidades». Por outro lado, considerava o «sonho» anarquista um «bem irrealizável» (Almeida Lopes de, 1906, pág. 19).

Na crônica «Um testamento», é possível identificarmos alguns traços do pensamento político da

autora. A acumulação capitalista desenfreada, fruto da exploração e da expropriação das classes trabalhadoras, simbolizada pelo nome Rotschild, é alvo de censura. Mas a riqueza conquistada através das injustiças sociais poderia se tornar legítima e os algozes donos do capital redimidos. Este foi o caso de Adolfo Rotschild que, através de seu testamento, fez doações de grande vulto para asilos, hospitais, escolas, museus, institutos de pesquisa para a cura de doenças (como a raiva e o *croup*) inocentando seus antepassados de possíveis culpas.

Entre os legados deixados pelo capitalista, Júlia qualifica como um dos mais importantes o «auxílio de moças pobres que vivam do seu trabalho» (Almeida Lopes de, 1906, pág. 39). Não se tratava, pois de uma esmola, mas sim de um prêmio às que optaram por se tornar operárias laboriosas. A crença irrestrita no princípio liberal de que o trabalho dignifica o homem e, para ela, também a mulher, é um traço fundamental do pensamento político e social de Júlia de Almeida. A escritora não faz críticas ao capitalismo, mas aos seus desdobramentos excessivos pelos quais podem ser responsabilizadas a avareza e a insensibilidade dos grandes acumuladores de capital. A sociedade sonhada por Júlia caracterizar-se-ia pela redução das desigualdades sociais e de gênero, onde o trabalho e a educação fossem garantidos a todos os homens e mulheres; proliferassem as pequenas propriedades de terra;¹⁹ enfim, houvesse a conciliação entre as classes sociais, mantendo-se, contudo, a estrutura hierárquica entre dominantes e dominados.

Este aspecto é essencial para entendermos suas reivindicações em relação às mulheres. Voltemos a suas críticas à Emma Goldman. A militante e escritora lituana estaria manifestando um comportamento completamente inadequado para uma mulher ao ligar «o seu nome a uma propaganda de extermínio e de sangue». Para Júlia, «todas as mulheres, mesmo as mais extremadas nos seus ideais» deveriam desempenhar o papel da «conciliação». Afinal, a alma

¹⁸ Em 1901 o presidente dos EUA, William Mac Kinley, sofreu um atentado em Buffalo (Estado de Nova York), obra de um anarquista. Dias depois, em consequência dos ferimentos, Mac Kinley faleceu.

¹⁹ Segundo Norma Telles, o tema «da pequena lavoura, da pequena propriedade agrícola trabalhada honesta e racionalmente como solução para o país» – inclusive por mulheres como no caso do romance *A falência* (1901) – era um dos favoritos da autora (Telles, 1997, p. 436).

feminina só tem da vida «uma noção – a do amor!» (Almeida Lopes de, 1906, págs. 18-19).

Como vimos, a educação é considerada um dos pilares mestres da sociedade desejada por Júlia. Neste sentido, em suas lutas feministas a questão do direito das mulheres à educação ocupa lugar privilegiado. Como a maior parte dos intelectuais brasileiros de ambos os sexos daquela época, a autora baseou suas idéias em princípios positivistas. Em uma das crônicas do *Livro das noivas* afirma que às mulheres foram dadas as dores mais cruéis e as missões mais delicadas delas dependendo a felicidade humana: «É a nós como mães, que a pátria suplica bons cidadãos; é a nós, quando esposas, que a sociedade exige o maior exemplo de dignidade e de moral» (Almeida Lopes de, 1896, pág. 13). A perspectiva defendida por Augusto Comte (1798-1857), segundo a qual enquanto mãe a mulher deveria ser instruída para que pudesse, de forma competente, educar seus filhos como cidadãos é muito recorrente em toda a obra de Júlia. Na crônica «Folhas de uma velha carteira» chega mesmo a afirmar que a mãe que «cultiva nos filhos todas as boas qualidades de corpo e de inteligência» deve esta satisfação ao seu amor, mas também «a ter estudado como um homem ciências naturais e línguas vivas. Ela sabe logo ... pode transmitir, e os seus filhos são assim duplamente – suas criaturas» (Almeida Lopes de, 1906, pág. 20).

Além de colaborar em jornais femininos,²⁰ Júlia Lopes de Almeida foi presidente honorária da Legião da Mulher Brasileira, criada pela famosa feminista brasileira Bertha Lutz em 1919 e integrou a diretoria da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino fundada também por Lutz em agosto de 1922.²¹ Objeto de interpretações controversas, o feminismo de Almeida foi qualificado como contraditório e ambíguo, fazendo concessões ao patriarcalismo ou sendo o possível naquele contexto histórico. No que se refere a essa questão tendo a concordar com a avaliação de Vanina Eisenhart, segundo a qual,

Júlia Lopes de Almeida ..., utilizando os modelos convencionais masculinos, apresenta uma ficção feminina que reúne os movimentos literários e ideologias sociais e científicas de sua época adaptando-as a um feminismo que não é confrontante com os padrões vigentes, mas também certamente não se enquadra nos 'bastidores' do patriarcado brasileiro (Eisenhart, 2006, pág. 50).

É hora de voltarmos a nossa questão crucial. Júlia Lopes de Almeida e as outras mulheres aqui citadas situavam-se fora de seu próprio tempo? Ouçamos o que muitas delas disseram sobre esse tempo. Segundo Maria Thereza Bernardes, as autoras do século XIX por ela estudadas caracterizavam o momento histórico em que viviam como uma «época avançada e progressista». Na defesa da emancipação feminina Francisca Senhorinha da Motta Diniz, por exemplo, afirmava não ser esta uma questão que pertencia exclusivamente às mulheres, mas que se ligava «conjuntamente e geralmente às idéias do século XIX», tempo marcado pela difusão da convicção de que «a verdadeira liberdade consiste na soberania da inteligência», não havendo mais lugar, portanto, para «a escravidão da mulher» (Bernardes, 1988, pág. 121).

Neste contexto histórico houve lugar para muitos projetos de (re) construção da nação que se confrontavam nas diversas arenas políticas, dentre as quais o campo intelectual. Se a questão de gênero certamente perpassou muitos questionamentos, discriminações e marginalizações que atingiram as mulheres nele inseridas, o conteúdo político das tensões e conflitos entre mulheres e homens intelectuais revelou-se bem mais abrangente. Não só o fato de ser mulher, mas também o de defender «idéias democráticas e progressistas», reivindicando a «modernização das estruturas da nação e da elevação do nível cultural e material da população», fizeram da poetisa Narcisa Amália, alvo das duras críticas de C. Ferreira em artigo publicado no *Correio*

²⁰ Conforme várias pesquisas já demonstraram a imprensa feminina, composta por periódicos fundados e dirigidos por mulheres e «voltados aos seus interesses» foi bastante expressiva em várias regiões brasileiras a partir de meados do século (Bernardes, 1988). Júlia escreveu para *A Família* (São Paulo e Rio de Janeiro, 1888-1889) de Josefina Álvares de Azevedo; para *A Mensageira* (São Paulo, 1898-1900); para o *Nosso Jornal* (1919-1920); e para a *Revista Feminina* (São Paulo, 1915-1917).

²¹ A organização reunia mulheres de todo o país envolvidas na luta pelos direitos femininos e seus objetivos voltavam-se, por exemplo, para promover a educação feminina; conquistar direitos civis e políticos para as mulheres; proteger mães e filhos; obter garantias legais em favor do trabalho feminino; garantir a paz (Besse, 1999, pp.185-186).

do Brasil em 1872. O que incomodava o jornalista não era o gênero da pena – até porque se dizia um defensor da educação feminina. O que ele não admitia era que a pena de uma mulher discorresse «perante a política», cantando «as revoluções» e «endeusando as turbas ...» (Telles, 1997, pág. 422).

As idéias e experiências sustentadas e vivenciadas

por mulheres como Júlia Lopes de Almeida, Chiquinha Gonzaga e tantas outras estavam adiante do seu próprio tempo ou o presente em que viveram, em sua pluralidade e complexidade, revelava uma profunda diversidade de práticas e concepções, cujas tensões e embates apontavam a possibilidade de muitos futuros?

Referências bibliográficas

- Almeida Lopes de, J. (1906). *Livro das donas e donzelas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia.
- Bernardes, M. T. (1988). *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro*. São Paulo: Século XIX. T.A. Queiroz.
- Bloch, M. (1997). *Introdução à História, 4ª ed.* Lisboa: Publicações Europa-América.
- Coelho, N. N. (2001). «A emancipação da mulher e a imprensa feminina (séc. XIX – séc. XX)». Recuperado em 2007 de Agosto de 26, de www.kplus.com.br
- Eisenhart, V. (2006). «Primeira-Dama Tropical: a cidade e o corpo feminino na ficção de Júlia Lopes de Almeida». *Revista Mester*, V. XXXV.
- El Far, A. (2000). *A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)*. Rio de Janeiro: FGV/FAPESP.
- Gomes de Castro, Â. (1999). *Essa gente do Rio ... Modernismo e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- João do, R. (1994). *O momento literário. Fundação Biblioteca Nacional 1ª ed. 1907*. Rio de Janeiro.
- Mendonça Toledo, C. (2003). «Júlia Lopes de Almeida: a busca da liberação feminina pela palavra». *Revista Letras. Curitiba*.
- Mendonça, L. d. (1907). «As três Júlias». *Almanaque Brasileiro Garnier*, v.5. Rio de Janeiro.
- Menezes, R. d. (1969). *Dicionário literário brasileiro (v.3)*. São Paulo: Saraiva.
- Moreira de Barros, N. M. (1998). *A condição feminina em Júlia Lopes de Almeida e Telles, N.* (1997). Escritoras, escritas, escrituras. En M. Del Priore, *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Varikas, E. (1986). «L'approche biographique dans l'histoire des femmes». Mimeografado.
- Veríssimo, J. (1910). *Estudos de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: H. Garnier.
- Veríssimo, J. (1936). *Letras e literatos*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Victor, N. (1919). *A crítica de ontem. Leite Ribeiro e Maurillo*. Rio de Janeiro.
- Vidal Gonçalves, D. (2004). «Júlia Lopes de Almeida e a educação brasileira no fim do século XIX: um estudo sobre o livro escolar Contos Infantis». *Revista Portuguesa de Educação. Braga*, v. 17, n. 001.